



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO  
CONTRATUAL DE UMA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

**Empresa:- FUGITA & LOPES LTDA.-ME**  
**CNPJ(MF):- 20.953.197/0001-90**  
**NIRE:- 35.228.537.494**

Pelo presente instrumento particular, **RICARDO SHIGUEO IZAIAS FUGITA**, brasileiro, natural de Votuporanga, Estado de São Paulo, nascido em 24.01.1.989, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº.44.524.311-9 SSP/SP expedido em 02.08.2.001 e do CPF(MF) nº.369.135.468-82, residente e domiciliado na Rua França, nº.1.880, Bº. Parquedas Nações, CEP:- 15.503-263 em Votuporanga, Estado de São Paulo, e **EVANDRO ALVES LOPES**, brasileiro, natural de Estrela D'Oeste, Estado de São Paulo, nascido em 10.09.1.983, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 42.557.935-9 SSP/SP expedido em 23.09.2.011 e do CPF(MF) nº. 225.830.468-70, residente e domiciliado na Rua Ângelo Petenucci, nº 5.961, Bº. Jardim Santa Felícia, CEP:- 15.505-057 em Votuporanga, Estado de São Paulo, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça de Votuporanga, Estado de São Paulo na Rua Amapá, nº. 3.342, Bº. Santa Luzia, CEP:- 15.500-085, sob o nome empresarial de **FUGITA & LOPES LTDA.-ME**, com Contrato Social devidamente registrado e arquivado na JUCESP sob o nº 35.228.537.494 em sessão de 01.09.2.014 e última Alteração Contratual também devidamente registrada e arquivada na JUCESP sob o nº. 100.867/16-9 em sessão de 24/03/2016, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº. 20.953.197/0001-90, resolvem de comum acordo em alterar e consolidar o seu Contrato Social, mediante as seguintes cláusulas e condições:-

1ª. Os sócios resolvem neste ato cancelar a filial registrada na sob NIRE PERMANENTE 54.900.342.042 e NIRE PROVISÓRIO 54.999.067.774, inscrita no CNPJ sob nº 20.953.197/0002-71, situada na Rua Barão do Rio Branco, nº. 941, Bº. Centro, CEP:- 79.500-970 em Paranaíba, Estado do Mato Grosso do Sul.

2ª. Os sócios considerando que o seu Contrato Social sofreu alterações, resolvem de comum acordo em **CONSOLIDAR** as cláusulas contratuais, cujo Contrato Social, doravante passará a reger-se nas seguintes condições e cláusulas:-

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO NOME EMPRESARIAL, ENDEREÇO E DOMICÍLIO DA SEDE**

A sociedade gira sob o nome empresarial de **FUGITA & LOPES LTDA.-ME**, e tem sua sede na Rua Amapá, nº. 3.342, Bº. Santa Luzia, CEP:- 15.500-085 em Votuporanga, Estado de São Paulo.

**Parágrafo Único:-** Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério das sócias.

O objetivo social da empresa é a exploração do ramo de **COMPRA E VENDA DE RELOGIO DE PONTO, PEÇAS E ACESSÓRIOS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO.**

## CLÁUSULA TERCEIRA DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social que é de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) totalmente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente do país, representados por 30.000 (Trinta mil) quotas de Capital Social no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, assim distribuído entre os sócios:-

SÓCIOS	QUOTAS	IMPORTANCIA	PERCENTUAL
RICARDO SHIGUEO IZAIAS FUGITA	15.000	15.000,00	50,00%
EVANDRO ALVES LOPES	15.000	15.000,00	50,00%
TOTAIS >>>>>>>>>>>>>>>>>>>>>>>>>	30.000	30.000,00	100,00%

#### CLÁUSULA QUARTA DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Nos termos do art. 1.052 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

## CLÁUSULA QUINTA DAS CESSÕES DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

## CLÁUSULA SEXTA

### DO INICIO DE ATIVIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade iniciou suas atividades em 20.08.2014 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

## CLÁUSULA SÉTIMA

### DA ADMINISTRAÇÃO E USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade será administrada pelos sócios **RICARDO SHIGUEO IZAIAS FUGITA** e **EVANDRO ALVES LOPES**, já qualificados e identificados, em conjunto ou individualmente, e a eles caberão a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais.



JUCESP

13

26 10 18

**Parágrafo Único:-** É, terminantemente, proibido seu uso para fins estranhos, tais como: endossos de favor, fianças, avais e outros atos análogos que acarretem responsabilidade à sociedade. Se os Administradores infringirem essas proibições ficarão particularmente responsável pelo compromisso contraído e demais sanções previstas em leis.

#### **CLÁUSULA OITAVA DAS DELIBERAÇÕES**

As deliberações dos Sócios serão tomadas em reuniões e o Administrador adotará preferencialmente a forma estabelecida no § 3º do art. 1.072 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

#### **CLÁUSULA NONA DA RETIRADA PRÓ-LABORE**

O sócio que realmente exercer atividade na empresa terá direito a receber mensalmente a título de Pró-Labore, uma importância que de comum acordo for estipulada para cada exercício social, lançadas, conforme o caso, no Livro Diário ou Caixa, e consoante recibos assinados para tal fim, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA DO CONSELHO FISCAL**

Fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO EXERCÍCIO SOCIAL**

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FALECIMENTO E INTERDIÇÃO DE SÓCIO**

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo Único:-** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA RETIRADA DE SÓCIO**

Consoante o artigo 1.029 do Código Civil, o sócio que desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar a outro sócio com antecedência mínima de 60(sessenta) dias. Se o outro sócio optar em continuar com a sociedade, e se for apurado "Superávit Patrimonial", este será pago ao sócio retirante na proporção de suas quotas em 20(Vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 90(noventa) dias após a data do ciente na notificação. Contudo, se for apurado "Déficit Patrimonial", o sócio retirante deverá pagá-lo nas mesmas condições retro estabelecidas.

JUCESP

13

26 10 18

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA  
DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE**

Serão regidas pelas disposições do Código Civil (Lei 10.406/2002), aplicáveis a matéria, tanto a retirada de sócio quanto a dissolução e a liquidação da sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA  
DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei nº.10.406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA  
DO FORO**

Fica eleito o foro desta Comarca de Votuporanga, Estado de São Paulo para qualquer ação fundada neste contrato, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

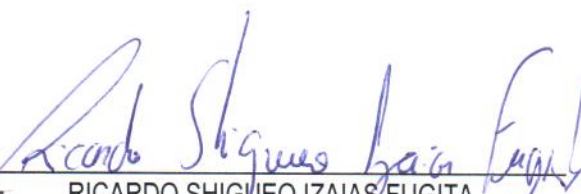
**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA  
DA DECLARAÇÃO PENAL**

Os Administradores declaram sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercerem a Administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (art. 1.011, § 1º, do C.C.).

E assim por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma.

Votuporanga-SP, 30 de Setembro de 2018.

X   
EVANDRO ALVES LOPES

X   
RICARDO SHIGUEO IZAIAS FUGITA



433.165/18-2



JUCESP